

gos 8.º, 12.º e 13.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 01.07., em regime de contrato administrativo de provimento, na equiparação à categoria de Equiparado a Professor Adjunto, em regime de tempo parcial — 50% e em acumulação, da carreira Docente do Ensino Superior Politécnico, na Escola Superior de Tecnologia da Saúde deste Instituto, do Mestre Rui Miguel Guerra Garcia Oliveira, pelo período com início a 23 de Fevereiro de 2008 e término a 22 de Fevereiro de 2010, ficando com a remuneração mensal correspondência ao escalão 1, índice 185.

1 de Março de 2008. — O Administrador, *Artur Manuel Quintas Cardoso Furtado*.

Regulamento n.º 145/2008

Ao abrigo do disposto no artigo 10º da Portaria n.º 401/2007, de 5 de Abril, aprovo o novo Regulamento do Regime de Mudança de Curso, Transferência e Reingresso do Instituto Politécnico de Coimbra, apreciado em reunião de Conselho de Gestão de 29 de Fevereiro de 2008, e revogo o anterior Regulamento (Despacho n.º 147 — B/2007, DR n.º 129, 2ª S, de 6 de Julho):

Regulamento dos Regimes de Mudança de Curso, Transferência e Reingresso

Artigo 1º

Âmbito e objecto

1 — O presente Regulamento define as matérias constantes do n.º 2 do artigo 10º da Portaria n.º 401/2007, de 5 de Abril.

2 — O presente Regulamento aplica-se aos candidatos aos regimes de Mudança de Curso, Transferência e Reingresso no IPC, em qualquer uma das suas Unidades Orgânicas, que se designam:

Escola Superior Agrária de Coimbra;
Escola Superior de Educação de Coimbra;
Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital;
Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra;
Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra;
Instituto Superior de Engenharia de Coimbra.

Artigo 2º

Candidatos

1 — Nos termos da Portaria n.º 401/2007, de 5 de Abril, e para efeitos do disposto no presente Regulamento, pode requerer:

a) «Mudança de curso»:

- O estudante que tenha estado inscrito e matriculado num curso superior num estabelecimento de ensino superior nacional e não o tenha concluído, e que pretenda inscrever-se em curso diferente daquele em que praticou a última inscrição, no mesmo ou noutro estabelecimento de ensino superior, tendo havido ou não interrupção da sua inscrição num curso superior;

- O estudante que tenha estado matriculado e inscrito num curso superior num estabelecimento de ensino superior estrangeiro em curso definido como superior pela legislação do país em causa, quer o tenha concluído ou não, e que pretenda inscrever-se em curso diferente daquele em que praticou a última inscrição, no mesmo ou noutro estabelecimento de ensino superior, tendo havido ou não interrupção da sua inscrição num curso superior.

b) «Transferência»:

- O estudante que tenha estado inscrito e matriculado num curso superior num estabelecimento de ensino superior nacional e não o tenha concluído, e que pretenda inscrever-se e matricular-se no mesmo curso em estabelecimento de ensino superior diferente daquele em que está ou esteve matriculado, tendo havido ou não interrupção de inscrição num curso superior;

- O estudante que tenha estado matriculado e inscrito num curso superior num estabelecimento de ensino superior estrangeiro em curso definido como superior pela legislação do país em causa, quer o tenha concluído ou não, e que pretenda inscrever-se e matricular-se no mesmo curso em estabelecimento de ensino superior diferente daquele em que está ou esteve matriculado, tendo havido ou não interrupção de inscrição num curso superior.

c) «Reingresso»:

- O estudante que tenha estado matriculado e inscrito no mesmo estabelecimento de ensino superior nacional no mesmo curso ou em curso que o tenha antecedido, e que, após uma interrupção dos estudos num determinado curso e estabelecimento de ensino superior, pretenda

matricular-se no mesmo estabelecimento e inscrever-se no mesmo curso ou em curso que lhe tenha sucedido.

2 — Para efeitos do referido no n.º 1, entende-se por:

a) «Mesmo curso»:

- Os cursos com idêntica designação e conduzindo à atribuição do mesmo grau ou os cursos com designações diferentes mas situados na mesma área científica, tendo objectivos semelhantes, ministrando uma formação científica similar e conduzindo:

i) à atribuição do mesmo grau;

ii) à atribuição de grau diferente, quando tal resulte de um processo de modificação ou adequação entre um ciclo de estudos conducente ao grau de bacharel e um ciclo de estudos conducente ao grau de licenciado, ou entre um ciclo de estudos conducente ao grau de licenciado e um ciclo de estudos integrado de mestrado.

b) «Créditos»:

- Os créditos segundo o ECTS — European Credit Transfer and Accumulation System (Sistema Europeu de Transferência e Acumulação de Créditos).

c) «Escala de classificação portuguesa»:

- Aquela a que se refere o artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro.

Artigo 3º

Condições exigidas para candidatura a Mudança de Curso e Transferência

1 — Pode requerer a Mudança de Curso ou Transferência o estudante que, para além das condições previstas nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 2º do presente Regulamento, satisfaça os pré — requisitos fixados para ingresso no par estabelecimento/curso a que se candidata, ou satisfaça as aptidões vocacionais específicas fixadas para ingresso nesse mesmo par estabelecimento/curso (Anexos I e II), nos termos do artigo 6º da Portaria n.º 401/2007, de 5 de Abril.

2 — Além das condições referidas no n.º 1, são ainda exigidas, no regime de Mudança de Curso, as condições habilitacionais fixadas para os pares estabelecimento/curso constantes de quadro anexo ao presente Regulamento (Anexo III), nos termos da alínea a) do ponto 2 artigo 10º da Portaria n.º 401/2007, de 5 de Abril.

Artigo 4º

Condições a satisfazer após caducidade da matrícula por prescrição

1 — Nos termos do Regulamento de Prescrições do IPC (Despacho n.º 19950/2007, DR n.º 168, 2ª S, de 31 de Agosto), o direito à inscrição, em cada ano lectivo, nos cursos das suas Unidades Orgânicas exerce-se no respeito pelos critérios fixados no artigo 5º da Lei n.º 37/2003, de 22 de Agosto, os quais constam de tabela anexa ao referido Regulamento.

2 — A tabela referida no número anterior estabelece o número máximo de inscrições que podem ser efectuadas por um estudante das Unidades Orgânicas do IPC, considerando-se prescrito o direito à matrícula e inscrição nesse curso no caso de incumprimento dos critérios aplicáveis.

3 — O estudante cuja matrícula e inscrição tenha caducado, por força da aplicação do regime de prescrições em vigor (a que se refere o número 2 do artigo 5º da Lei n.º 37/2003, de 22 de Agosto), está impedido de se candidatar aos regimes de Mudança de Curso, Transferência e Reingresso no ano lectivo seguinte ao da prescrição.

4 — Ao estudante que retorne após o cumprimento do período de interrupção aplicam-se todas as disposições constantes do presente Regulamento.

Artigo 5º

Seriação

1 — Os júris são designados pelos Conselhos Científicos das respectivas Unidades Orgânicas e comunicados ao Presidente do IPC, para homologação.

2 — A seriação dos candidatos aos regimes de Mudança de Curso e Transferência é feita através da utilização da fórmula em anexo (Anexo IV), sendo aqueles seriados por ordem decrescente do valor obtido.

Artigo 6º

Requerimento

1 — A candidatura do interessado é apresentada através de requerimento, em impresso próprio, disponível nos sítios da Internet dos Serviços Centrais do IPC e das suas Unidades Orgânicas.

2 — O impresso é publicado em anexo ao presente Regulamento (Anexo V), do qual faz parte integrante.

3 — O requerimento, dirigido ao Presidente do IPC, é entregue na Unidade Orgânica a que o interessado se candidata, ou a esta remetido por correio, através de carta registada com aviso de recepção.

4 — As Unidades Orgânicas remetem ao Presidente do IPC as listas nominais de candidatos por regime, curso e grupo de vagas.

Artigo 7º

Instrução do processo de candidatura

1 — O requerimento de candidatura deve ser acompanhado dos documentos comprovativos da informação nele prestada e aí devidamente assinalados.

2 — Para a instrução do processo é suficiente a simples fotocópia de documentos autênticos ou autenticados, sem prejuízo de poder vir a ser exigida a exibição do original ou documento autenticado, nos termos do artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de Abril, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 29/2000, de 13 de Março.

Artigo 8º

Indeferimento liminar

1 — São liminarmente indeferidos os pedidos dos candidatos que, reunindo as condições necessárias à candidatura por um dos regimes referidos no artigo 1º, se encontrem numa das seguintes condições:

- a) Pedidos referentes a cursos e regimes em que não tenham sido fixadas vagas;
- b) Pedidos realizados fora dos prazos fixados neste Regulamento;
- c) Pedidos não acompanhados da documentação necessária à completa instrução do processo.

2 — As Unidades Orgânicas remetem ao Presidente do IPC as propostas de indeferimento, devidamente fundamentadas.

Artigo 9º

Decisão

1 — A decisão sobre os requerimentos de candidatura a Reingresso, Mudança de Curso e Transferência, da competência do Presidente do IPC, é tornada pública através de edital afixado na Unidade Orgânica onde o estudante pretende ingressar.

2 — A colocação dos candidatos é válida apenas para a matrícula e inscrição no ano lectivo a que respeita.

Artigo 10º

Prazos

1 — Os prazos previstos neste Regulamento contam-se nos termos do artigo 72.º do Código do Procedimento Administrativo, suspendendo-se aos sábados, domingos e feriados.

2 — Os prazos em que decorre o processo dos regimes de Mudança de Curso, Transferência e Reingresso constam de mapa anexo ao presente Regulamento (Anexo VI), do qual faz parte integrante.

Artigo 11º

Reclamações

1 — Da decisão prevista no artigo 9º podem os interessados apresentar reclamação, devidamente fundamentada, ao Presidente do IPC.

2 — As reclamações devem ser entregues na Unidade Orgânica a que o reclamante se candidata.

3 — A decisão sobre a reclamação é comunicada pelo Presidente do IPC ao reclamante.

ANEXO I

Pré-requisitos

(aplicável a mudança de curso e transferência)

Estabelecimento	Curso	Pré-Requisitos	Regimes a que se aplica
Escola Superior de Educação	Desporto e Lazer Teatro e Educação	Provas de Aptidão Física e Desportiva Prova Local de Acesso	Mudança de Curso e Transferência Mudança de Curso e Transferência

Nos termos do artigo 6.º da Portaria 401/2007, de 5 de Abril, a mudança de curso ou a transferência para cursos para os quais sejam exigidos pré-requisitos, nos termos do regime jurídico do acesso ao ensino superior, estão condicionadas à satisfação dos mesmos.

ANEXO II

Aptidões vocacionais específicas

(aplicável a mudança de curso e transferência)

Nos termos do artigo 6.º da Portaria 401/2007, de 5 de Abril, a mudança de curso ou a transferência para cursos para os quais sejam exigidas aptidões vocacionais específicas, nos termos do regime jurídico do acesso ao ensino superior, estão condicionadas à satisfação dos mesmos.

ANEXO III

Condições habilitacionais

(só aplicável a mudança de curso)

Estabelecimento	Curso	Condições Habilitacionais
Escola Superior de Tecnologia da Saúde	Qualquer Curso	Ter frequentado, no 12º ano, uma das seguintes disciplinas: Matemática; Biologia; Física; Química; Física e Química; Biologia e Geologia.
Escola Superior Agrária	Engenharia de Recursos Florestais Engenharia do Ambiente Engenharia Alimentar Engenharia Agro-Pecuária-Biotecnologia	Ter obtido aprovação, no 12º ano, a uma das seguintes disciplinas: Matemática; Biologia; Física; Química; Física e Química; Biologia e Geologia
	Ecoturismo	Ter obtido aprovação, no 12º ano, a uma das seguintes disciplinas: Geografia; Biologia; Física; Química; Física e Química; Biologia e Geologia.

Estabelecimento	Curso	Condições Habilitacionais
Escola Superior Agrária	Agricultura Biológica	Ter obtido aprovação, no 12.º ano, a uma das seguintes disciplinas: Português, Matemática; Biologia; Física; Química; Física e Química; Biologia e Geologia

ANEXO IV

Seriação dos candidatos a mudança de curso e transferência

1 — Os candidatos serão seriados por ordem decrescente do valor de C, obtido através da aplicação da fórmula abaixo indicada, com arredondamento às unidades:

$$C = \frac{D \cdot M \cdot N}{T \cdot A}$$

D - número de disciplinas/unidades curriculares do curso concluídas;

M - média aritmética, na escala 0 — 20, arredondada às unidades, das classificações obtidas nas disciplinas/unidades curriculares do curso concluídas;

N - número de anos do curso;

T - número total de disciplinas/unidades curriculares do curso;

A - número de anos lectivos em que o candidato esteve inscrito no curso.

(Nota: Todos os factores se reportam ao curso de que o candidato pede mudança ou transferência)

2 — Em caso de empate de dois ou mais candidatos, serão sucessivamente aplicados os seguintes critérios de desempate:

- Ser proveniente da Unidade Orgânica do IPC a que se candidata;
- Ser proveniente de Unidade Orgânica do IPC diferente daquela a que se candidata;
- Maior média aritmética, arredondada às milésimas, das classificações obtidas nas disciplinas/unidades curriculares do curso concluídas;
- Maior número de disciplinas/unidades curriculares do curso concluídas;
- Menor número de anos lectivos em que o candidato esteve inscrito no curso.

ANEXO V REQUERIMENTO DE CANDIDATURA AOS REGIMES DE REINGRESSO, MUDANÇA DE CURSO E TRANSFERÊNCIA

Ano Lectivo (a que respeita a candidatura): _____

(A preencher pela Escola/Instituto do IPC)

Registo de entrada nº _____
Data ____/____/____ Funcionário(a) _____

⇒ Aplicável a **REINGRESSO, MUDANÇA DE CURSO e TRANSFERÊNCIA**

Dados pessoais:

Nome _____
Nome do pai _____
Nome da mãe _____
*Bilhete de Identidade nº _____ *Nº I. Fiscal _____
*Passaporte nº _____ (para candidatos oriundos de países não abrangidos por convenções que o dispensem)
Data de nascimento ____/____/____
Morada completa _____
Código Postal _____
E-mail _____ Telefone _____ Telemóvel _____

Regime ao abrigo do qual se candidata (assinale com uma cruz):

Reingresso ☐ Mudança de Curso ☐ Transferência ☐

Escola / Instituto do IPC a que se candidata: _____

Curso a que se candidata: _____

⇒ Só aplicável a **MUDANÇA DE CURSO e TRANSFERÊNCIA**

Estabelecimento/curso de que o candidato pede mudança ou transferência: _____

Ano (s) lectivo (s) em que esteve inscrito/matriculado nesse estabelecimento/curso:

____/____/____/____/____/____/____/____/____/____

Nº de anos lectivos em que esteve inscrito no curso (de que pede mudança ou transferência) **A** : _____

* N.º de disciplinas/unidades curriculares concluídas (do curso de que pede mudança ou transferência) **D** : _____

* N.º de anos curriculares do curso (de que pede mudança ou transferência) **N** : _____

* N.º total de disciplinas/unidades curriculares do curso (de que pede mudança ou transferência) **T** : _____

(* - O requerimento deve ser acompanhado da documentação comprovativa destes itens)

O candidato a **MUDANÇA DE CURSO** ou **TRANSFERÊNCIA** tem de fazer acompanhar o presente requerimento da documentação abaixo assinalada:

- ☐ Fotocópia do Bilhete de Identidade
- ☐ Fotocópia do Cartão de Contribuinte
- ☐ Fotocópia do Passaporte (se oriundo de país não abrangido por convenções que o dispensem)
- ☐ Certidão de aprovação em disciplinas/unidades curriculares (com indicação das classificações e respectiva escala, se diferente de 0-20)
- ☐ Certidão de inscrição no curso, com indicação do número de anos em que esteve inscrito e do último ano curricular frequentado
- ☐ Fotocópia do plano de estudos do curso
- ☐ Comprovativo das "Aptidões Vocacionais Específicas" exigidas
- ☐ Comprovativo dos "Pré-Requisitos" exigidos
- ☐ Comprovativo das "Condições Habilitacionais" exigidas (só para Mudança de Curso)
- ☐ Comprovativo de não prescrição na Escola de origem
- ☐ Comprovativo de formações obtidas e de experiência profissional, nomeadamente programas de disciplinas/unidades curriculares em que obteve aprovação (para efeito de creditação no novo ciclo de estudos, de acordo com o art.º45º do DL nº74/2006 de 24 de Março)

(NOTA: No caso de documento estrangeiro, o candidato deverá apresentar, também, a respectiva tradução)

⇒ Só aplicável a **REINGRESSO**

O requerimento do candidato deve ser acompanhado de *Curriculum vitae* resumido (máximo de 3 páginas A4) e dos documentos comprovativos dos elementos dele constantes.

Declaro, por minha honra, que as informações prestadas correspondem à verdade

Coimbra ____/____/____

O candidato _____

ANEXO VI

Calendário

Designação dos júris pelas U. O. e comunicação ao Presidente do IPC Até 30 de Junho

Proposta ao Presidente do IPC, para homologação, de vagas (por par curso/regime) para Mudança de Curso e Transferência, destinadas à inscrição a partir do 2º semestre do curso — Até 30 de Junho

Proposta ao Presidente do IPC, para homologação, de vagas (por par curso/regime) para Mudança de Curso e Transferência, destinadas à inscrição no 1º semestre do curso — Até 15 dias após a fixação das vagas do regime geral de acesso

Fixação de vagas (por par curso/regime) para Mudança de Curso e Transferência, destinadas à inscrição a partir do 2º semestre do curso — Até 15 Julho

Fixação de vagas (por par curso/regime) para Mudança de Curso e Transferência, destinadas à inscrição no 1º semestre do curso — Até 15 dias após a recepção da proposta de vagas nos SC/IPC

Candidaturas:

Mudança de Curso e Transferência — 15 Julho-8 Setembro
Reingresso — 15 Julho-31 Outubro

Envio das listas nominais de candidatos a Mudança de Curso e Transferência (por curso/regime) ao Presidente do IPC 8 Setembro — 12 Setembro

Envio das propostas de indeferimento, devidamente fundamentadas, ao Presidente do IPC — Até 12 Setembro

Envio dos pedidos de Reingresso ao Presidente do IPC — Até 15 dias após recepção das candidaturas

Deliberação do Presidente do IPC sobre pedidos de Reingresso — Até 45 dias após recepção das candidaturas

Envio de listas seriadas de Mudança de Curso e Transferência (por curso/regime/grupo), ao Presidente do IPC, para homologação — Até 26 Setembro

Afixação de listas seriadas de Mudança de Curso e de Transferência, com menção de “colocado” / “não colocado” 26 Setembro — 10 Outubro

Matricula e inscrição dos candidatos colocados — Até 15 dias após a afixação das listas seriadas

Reclamação de candidatos (a apresentar nas UO) — Até 5 dias após a afixação das listas seriadas

Envio de reclamações ao Presidente do IPC — Até 5 dias após recepção da reclamação na UO

Decisão sobre reclamações — Até 20 dias após a recepção da reclamação

Matricula e inscrição dos candidatos com reclamações deferidas — Até 5 dias após a comunicação ao candidato da decisão sobre a reclamação

29 de Fevereiro de 2008. — O Presidente, *José Manuel Torres Farinha*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA

Despacho (extracto) n.º 8882/2008

Por despacho de 28 de Fevereiro de 2008 do Presidente do Instituto Politécnico de Leiria, foi autorizada a prorrogação da equiparação a bolseiro, fora do País, a Alexandra Cristina Pinheiro Carvalho, Equiparada a Professora-Adjunta, da Escola Superior de Tecnologia e Gestão, do Instituto Politécnico de Leiria, até 15 de Setembro de 2008.

6 de Março de 2008. — O Presidente, *Luciano Rodrigues de Almeida*.

Despacho (extracto) n.º 8883/2008

Por despacho de 29 de Fevereiro de 2008, do Presidente do Instituto Politécnico de Leiria, foi autorizada a prorrogação da equiparação a bolseiro, no país, a Catarina Helena Branco Simões da Silva, Equiparada a Professor Adjunto, da Escola Superior de Tecnologia e Gestão, do Instituto Politécnico de Leiria, por um período de 6 meses.

6 de Março de 2008. — O Presidente, *Luciano Rodrigues de Almeida*.

Despacho (extracto) n.º 8884/2008

Por despacho de 12 de Fevereiro de 2008 do presidente do conselho directivo da Escola Superior de Tecnologia do Mar, no uso de competência subdelegada pelo n.º 2 do despacho n.º 1473/2008, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 8 de 11 de Janeiro de 2008, foi autorizada, por urgente conveniência de serviço, a segunda prorrogação de contrato administrativo de provimento de Fernando Augusto Coelho Canastra, com a categoria de assistente (2.º triénio), em regime de tempo integral, para a Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Leiria, no período compreendido entre 10 de Abril de 2008 e 9 de Abril de 2009.

10 de Março de 2008. — O Presidente do Conselho Directivo, *Júlio Alberto Silva Coelho*.

Despacho (extracto) n.º 8885/2008

Por despacho de 30 de Janeiro de 2008 do presidente do Instituto Politécnico de Leiria, foi autorizado, por urgente conveniência de serviço, o contrato administrativo de provimento de Catarina Frade Mangas, com a categoria de equiparado a assistente (1.º triénio), em regime de tempo parcial (20 %), para a Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Leiria, no período compreendido entre 12 de Fevereiro e 30 de Maio de 2008.

10 de Março de 2008. — O Presidente, *Luciano Rodrigues de Almeida*.

Despacho (extracto) n.º 8886/2008

Por despacho de 12 de Fevereiro de 2008 do Presidente do Conselho Directivo da Escola Superior de Tecnologia do Mar, no uso de competência subdelegada pelo n.º 2 do Despacho n.º 1473/2008, publicado em DR n.º 8 de 11/01, autorizado, por urgente conveniência de serviço a 1.ª prorrogação de contrato administrativo de provimento de Mário Simões Barata, com a categoria de assistente (2º triénio) em regime de tempo integral para a Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Leiria, no período compreendido entre 13 de Março de 2008 e 12 de Março de 2009.

10 de Março de 2008. — O Presidente do Conselho Directivo, *Júlio Alberto Silva Coelho*.

Despacho (extracto) n.º 8887/2008

Por despacho de 8 de Fevereiro de 2008 do Presidente do Instituto Politécnico de Leiria, autorizado, por urgente conveniência de serviço o contrato administrativo de provimento de Carla Isabel Marques Rodrigues de Sousa Monteiro, com a categoria de equiparado a assistente (1º triénio) em regime de tempo parcial (20 %) para a Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Leiria, no período compreendido entre 12 de Fevereiro e 30 de Junho de 2008.

11 de Março de 2008. — O Presidente, *Luciano Rodrigues de Almeida*.

Despacho (extracto) n.º 8888/2008

Por despacho de 14 de Fevereiro de 2008, do Presidente do Instituto Politécnico de Leiria, autorizada a nomeação definitiva, nos termos do artigo 11º do Decreto-Lei nº 185/81, de 1/7, de Fernando Alípio Brizio Pires, professor adjunto de nomeação provisória, da Área Científica de Artes Plásticas, da Escola Superior de Artes e Design, do Instituto Politécnico de Leiria, com efeitos a 8 de Março de 2008.

11 de Março de 2008. — O Presidente, *Luciano Rodrigues de Almeida*.

Despacho (extracto) n.º 8889/2008

Por despacho de 15 de Fevereiro de 2008 do Presidente do Instituto Politécnico de Leiria, autorizado, por urgente conveniência de serviço a renovação do contrato administrativo de provimento de Ricardo Miguel da Rosa Manso, com a categoria de equiparado a assistente (1º triénio), em regime de tempo integral, para a Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Leiria, no período compreendido entre 1 de Março de 2008 e 29 de Fevereiro de 2010.

11 de Março de 2008. — O Presidente, *Luciano Rodrigues de Almeida*.

Despacho (extracto) n.º 8890/2008

Por despacho de 15 de Fevereiro de 2008 do Presidente do Instituto Politécnico de Leiria, autorizado, por urgente conveniência de serviço o contrato administrativo de provimento de Pedro Alexandre Pacheco Nunes, com a categoria de equiparado a assistente (1º triénio), em regime de tempo integral para a Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Leiria, no período compreendido entre 1 de Março e 31 de Julho de 2008.

11 de Março de 2008. — O Presidente, *Luciano Rodrigues de Almeida*.

Despacho (extracto) n.º 8891/2008

Por despacho de 15 de Fevereiro de 2008 do Presidente do Instituto Politécnico de Leiria, autorizado, por urgente conveniência de serviço a renovação do contrato administrativo de provimento de Romeu Manuel Vieira Vitorino, com a categoria de equiparado a assistente (2.º triénio), em regime de tempo integral, para a Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Leiria, no período compreendido entre 25 de Fevereiro de 2008 e 24 de Fevereiro de 2010.

11 de Março de 2008. — O Presidente, *Luciano Rodrigues de Almeida*.

Despacho (extracto) n.º 8892/2008

Por despacho de 15 de Fevereiro de 2008 do Presidente do Instituto Politécnico de Leiria, autorizado, por urgente conveniência de serviço a renovação do contrato administrativo de provimento de Nuno Miguel Morais Rodrigues, com a categoria de equiparado a professor adjunto em regime de tempo integral, para a Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Leiria, no período compreendido entre 24 de Março de 2008 e 23 de Março de 2010.

11 de Março de 2008. — O Presidente, *Luciano Rodrigues de Almeida*.

Despacho (extracto) n.º 8893/2008

Por despacho de 20 de Dezembro de 2007, do Presidente do Instituto Politécnico de Leiria, foi autorizada a cessação do contrato administrativo de provimento, por mútuo acordo nos termos previstos na alínea c) do artigo 14.º do Decreto-Lei 185/81, de 1/7, de Pedro Tiago Cordeiro Carvalho, Encarregado de Trabalhos, na Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria, deste Instituto, com efeitos a partir de 11 de Janeiro de 2008.

11 de Março de 2008. — O Presidente, *Luciano Rodrigues de Almeida*.